

vigente, independentemente da superação destes parâmetros pelo lote ocupado pela edificação a requalificar;

III - independentemente da anexação de novo lote, a taxa de ocupação, a taxa de permeabilidade e os parâmetros dispo-
sitos no art. 57 da Lei nº 16.402, de 2016, quando exigidos, serão
calculados em função da área não ocupada do lote resultante,
excluída a projeção da edificação existente objeto da requalifi-
cação, mesmo na hipótese de anexação de novo lote;

IV - a quota ambiental é aplicável aos pedidos de reforma
associada a requalificação com alteração de área construída
superior a 20% (vinte por cento);

V - para fins de aplicação do art. 112 da Lei nº 16.050, de
2014, será considerada a área construída computável acrescida
em razão de pedido de reforma.

§ 1º Complementarmente às disposições deste artigo, as
áreas oriundas de pedido de reforma, acrescidas à volumetria
da edificação requalificada ou construídas em novo bloco,
deverão atender integralmente ao disposto na Lei nº 16.050,
de 2014, Lei nº 16.402, de 2016, e Lei nº 16.642, de 2017,
vigentes.

§ 2º Nas hipóteses de não agravamento da taxa de ocu-
pação em relação às condições urbanísticas originais ou de
não agregação de novo lote ficam estabelecidas as seguintes
condições específicas:

I - não se aplica a exigência de quota ambiental para lotes
com taxa de ocupação superior a 0,7 (sete décimos);

II - para lotes com taxa de ocupação inferior a 0,7 (sete
décimos):

a) não se aplica a exigência prevista no art. 79 da Lei nº
16.402, de 2016;

b) o parâmetro de quota ambiental poderá ser atendido,
alternativamente, mediante a oferta de indivíduos arbóreos
para enriquecimento de espaços públicos do distrito em que a
edificação se localiza, em número necessário ao atingimento da
pontuação mínima prevista no Quadro 3A da Lei nº 16.402, de
2016, ou por meio de depósito do numerário correspondente
ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sus-
tentável (FEMA).

Art. 13. Na análise de pedido de requalificação formulado
nos termos desta Lei será considerada a área construída total
constante em Certificado de Conclusão ou em documento equi-
valente ou lançada no Cadastro de Edificações do Município
(CEDI) na data de protocolo do pedido de requalificação.

§ 1º São admitidas divergências na área construída total
de que trata o caput, existentes em 23 de setembro de 1992,
limitadas a 5% (cinco por cento), independentemente da con-
formidade ao coeficiente de aproveitamento máximo.

§ 2º As áreas irregulares na data a que se refere o caput
deste artigo, quando não passíveis de serem incorporadas às
áreas não computáveis admitidas por esta lei, serão passíveis
de regularização conforme previsto na Lei nº 16.642, de 2017,
e em lei específica.

Art. 14. Para as intervenções realizadas com base nesta Lei
será cabível a expedição dos seguintes documentos, conforme o
caso:

I - alvarás de aprovação e de execução de requalificação e
o respectivo certificado de conclusão;

II - alvarás de aprovação e de execução de requalificação
associada à reforma e o respectivo certificado de conclusão, nas
hipóteses a que refere o § 1º do art. 3º.

Art. 15. No âmbito do Programa de que trata esta Lei, as
intervenções realizadas em edificações não tombadas situadas
em área envoltória de bens tombados, desde que não impli-
quem em alterações na volumetria, nas fachadas externas e
respectivas coberturas, ficam dispensadas da aprovação pelos
órgãos de preservação do patrimônio, tanto pela Secretaria
Municipal de Cultura, como pelo Conselho de Proteção do Pati-
mônio Histórico de São Paulo – CONPRESP.

CAPÍTULO III DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 16. Aplicam-se os seguintes incentivos fiscais à requa-
lificação de edificações localizadas na Área Central licenciadas
nos termos desta Lei, desde que voltadas à categoria de uso
residencial, mesmo nas hipóteses em que a requalificação obje-
tive a mudança de uso para tais subcategorias:

I - remissão dos créditos do Imposto Predial e Territorial
Urbano (IPTU) para as edificações objeto da requalificação,
observado, como termo, a expedição do respectivo certificado
de conclusão;

II - isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
nos 3 (três) primeiros anos a partir da emissão do respectivo
certificado de conclusão;

III - aplicação de alíquotas progressivas, em frações iguais,
para o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pelo prazo de
5 (cinco) anos após a isenção de que trata o inciso II do caput
deste artigo, até que se alcance, a partir do 6º ano, a alíquota
integral prevista na normatização;

IV - redução para 2% (dois por cento) na alíquota do
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS relativos
aos serviços tomados integrantes do item 7 ao art. 1º da Lei
nº 13.701, de 24 de setembro de 2003 – “Serviços relativos à
engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil,
manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêne-
res”, incidente sobre a requalificação para os imóveis situados
na Área Central, observado o limite previsto no art. 2º da Lei
Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016;

V - isenção do Imposto sobre Transmissão “intervivos” apli-
cável a imóveis que serão objeto de requalificação, mediante a
apresentação do alvará de aprovação e de execução de requali-
ficação ou alvará de aprovação e de execução de requalificação
associada à reforma;

VI - isenção de taxas municipais para instalação e funcio-
namento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da entrada em
vigor desta Lei.

§ 1º O incentivo fiscal de que trata o inciso I do caput deste
artigo aplica-se exclusivamente à edificação que será objeto de
requalificação, não se aplicando a eventuais lotes anexados.

§ 2º O incentivo fiscal de que trata o inciso II do caput
deste artigo alcança o imóvel requalificado como um todo, con-
forme previsto no respectivo certificado de conclusão, inclusive
eventuais acréscimos de área realizados nos termos desta Lei.

§ 3º O incentivo de que trata o inciso II do caput deste
artigo será de 10 (dez) anos para os imóveis situados no perí-
metro formado, ao norte, pelas alamedas Eduardo Prado, Dino
Bueno, Ribeiro da Silva e Cleveland, e pela Rua Mauá, ao leste,
pela Rua Casper Líbero e pela Avenida Ipiranga, ao Sul, pelas
avenidas São João e Duque de Caxias, e, por fim, a oeste, pelas
ruas Guaianases, Helvetia e pela Avenida Rio Branco.

§ 4º O incentivo fiscal de que trata o inciso IV do caput
deste artigo não poderá resultar, direta ou indiretamente, na
redução, em cada período de competência do ISS, da alíquota
efetiva mínima de 2% (dois por cento).

§ 5º No que tange ao incentivo de que trata o inciso V do
caput deste artigo, deverá ser implementado sistema de moni-
toramento da execução da qualificação, a partir da posterior
expedição do respectivo certificado de conclusão.

§ 6º A Secretaria Municipal da Fazenda editará as normas
específicas necessárias à operacionalização dos incentivos de
que trata esse artigo.

Art. 17. Fica autorizado ao Poder Público promover chama-
mentos públicos para fins de operacionalização de consórcios
imobiliários, previstos pelo art. 102 da Lei nº 16.050, de 2014,
em edifícios localizados na Área Central elegíveis à requalifica-
ção nos termos desta Lei, cabendo-lhe facilitar a aproximação
entre proprietários de imóveis e agentes econômicos.

§ 1º Os editais de chamamento público deverão indicar, no
mínimo, os critérios de elegibilidade dos imóveis, sua destina-
ção futura e os critérios de participação de agente econômico
privado, quando for o caso.

§ 2º Os editais deverão priorizar os imóveis elegíveis à
requalificação nos termos desta Lei que concomitantemente
forem notificados para o parcelamento, edificação e utilização
compulsória (PEUC), estiverem ocupados por movimentos de
moradia organizados ou inscritos no cadastro de dívida ativa.

§ 3º Independentemente da realização do chamamento
público de que trata este artigo, os proprietários de imóveis
elegíveis à requalificação poderão propor ao Poder Público a
realização de consórcios imobiliários.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os recursos auferidos pela aplicação desta Lei
serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento
Urbano (FUNDURB) para fins de provisão habitacional de
interesse social preferencialmente em edifícios a requalificar
na Área Central.

Art. 19. Os pedidos de requalificação de edificação existen-
te formulados com base nesta Lei estarão isentos da cobrança
de taxas e emolumentos referentes ao processo de licenciamen-
to.

Parágrafo único. A pedido do interessado, o disposto no
caput poderá ser estendido aos pedidos de cópias de plantas e
demais documentos existentes em arquivos municipais necessá-
rios à elaboração do projeto de requalificação.

Art. 20. No âmbito desta Lei, em sendo necessária a apre-
sentação de projeto modificativo para viabilizar as adequações
necessárias, o respectivo processo de aprovação seguirá na
forma do respectivo projeto modificativo, aproveitando-se, no
que couber, os atos já praticados.

Parágrafo único. A previsão contida no caput deste artigo
aplica-se aos casos de projeto modificativo que envolvam as
hipóteses a seguir transcritas, desde que as alterações sejam
necessárias à realização das adequações em face da situação
originalmente existente:

I - alteração de uso, categoria de uso ou subcategoria de
uso;

II - acréscimo superior a mais de 5% (cinco por cento) nas
áreas computáveis ou não computáveis;

III - alteração em mais de 5% (cinco por cento) na taxa de
ocupação.

Art. 21. O Poder Executivo adotará as medidas necessárias
para otimizar o processo de análise dos pedidos de requalifi-
cação formulados com base nesta lei, considerando-se, para a
definição do procedimento cabível, a complexidade das inter-
venções.

§ 1º Deverão ser adotadas as medidas necessárias para a
desburocratização dos processos de requalificação nos termos
do caput deste artigo, inclusive daqueles que demandem a
aprovação pelos órgãos de preservação do patrimônio, utili-
zando-se, sempre que possível, o Escritório Técnico de Gestão
Compartilhada de que trata o inciso IX do art. 313 da Lei nº
16.050, de 2014, e avaliando-se a fixação de prazos para os
demais órgãos envolvidos na aprovação.

§ 2º A otimização do processo de análise de que trata o
caput deste artigo, mediante a definição do procedimento
cabível em decorrência da complexidade das intervenções, bem
como as medidas de que trata o § 1º deste artigo, poderão ser
implementadas, de forma geral, para os demais pedidos de
requalificação formulados com base nos arts. 77 e 78 da Lei nº
16.642, de 2017.

Art. 22. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo
de 60 (sessenta) dias.

Art. 23. Esta Lei observa o previsto nas alíneas “a” e “b”
do § 2º do art. 46 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Art. 24. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 20 de
julho de 2021, 468ª da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO
JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal
da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Mu-
nicipal de Justiça
Publicada na Casa Civil, em 20 de julho de 2021

DECRETOS

DECRETO Nº 60.389, DE 20 DE JULHO DE 2021

*Regulamenta a ampliação das atividades
presenciais dos estabelecimentos de ensino
na Cidade de São Paulo, nas condições que
específica.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no
uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
D E C R E T A:

Art. 1º Os estabelecimentos que possuam licença de funcio-
namento para atividade de ensino seriado regular e os da
rede municipal de ensino, incluindo os de Educação de Jovens
e Adultos – EJA, ficam autorizados a ampliarem a quantidade
de estudantes que participarão de atividades presenciais, a
partir de 2 de agosto de 2021, observadas as disposições deste
decreto.

§ 1º O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos –
MOVA fica autorizado, também a partir de 2 de agosto de 2021,
a retomar suas atividades presenciais, observadas as demais
disposições deste decreto.

§ 2º A capacidade máxima de recebimento de alunos para
atividades presenciais respeitará o distanciamento de 1 metro
entre os estudantes, o qual deverá ser readequado sempre que
for determinado pela Secretaria Municipal da Saúde.

§ 3º Nos estabelecimentos onde há atendimento de crian-
ças de 0 a 3 anos haverá ampliação das atividades presenciais
para 60 dos matriculados.

§ 4º A ampliação do percentual das atividades presenciais
de que trata o § 3º deste artigo ocorrerá de forma gradativa,
nos termos definidos pela Secretaria Municipal de Educação,
ouvida a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Ficam dispensados do comparecimento presencial às
aulas as grávidas e alunos com comorbidades.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no “caput” deste
artigo, nos termos do § 1º do artigo 32 da Lei nº 17.437, de 12
de agosto de 2020, enquanto durar o período de emergência
ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, o retorno
às aulas presenciais será facultativo, a critério dos pais ou
responsáveis, que deverão assinar termo de compromisso
responsabilizando-se com a realização de todas as atividades
disponibilizadas.

Art. 3º Para a ampliação das atividades presenciais, os
estabelecimentos de ensino deverão cumprir todas as regras
constantes dos protocolos sanitários e nas regulamentações
expedidas pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura da
Cidade de São Paulo.

Art. 4º É vedada a realização de atividades que possam
gerar aglomeração.

Art. 5º Caberá à Secretaria Municipal de Educação expedir
normas complementares à execução deste decreto, observadas
as recomendações da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data da sua
publicação revogando o Decreto nº 60.058, de 27 de janeiro
de 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 20 de
julho de 2021, 468ª da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO
FERNANDO PADULA NOVAES, Secretário Municipal de Educação

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal
da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Mu-
nicipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo
Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 20 de
julho de 2021.

DECRETO Nº 60.390, DE 20 DE JULHO DE 2021

*Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$
346.992.298,08 de acordo com a Lei nº
17.544, de 30 de dezembro de 2020.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo,
usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na con-
formidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de
dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às
atividades da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria
Municipal de Mobilidade e Transportes e da Secretaria Muni-
cipal de Infraestrutura Urbana e Obras,
D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$
346.992.298,08 (trezentos e quarenta e seis milhões e novecen-
tos e noventa e dois mil e duzentos e noventa e oito reais e oito
centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento
vigente:

CODIGO	NOME	VALOR
16.24.12.306.3025.6553	Alimentação Escolar	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	264.239.515,14
33903900.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	46.428.649,15
20.10.26.453.3009.1100	Ampliação, Reforma e Requalificação de Corredores de Ônibus	
44905100.00	Obras e Instalações	29.999.000,00
22.10.15.122.3024.2100	Administração da Unidade	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	984.333,33
22.10.15.126.3011.2818	Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informação e Comunicação	
33904000.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	5.340.800,46 346.992.298,08

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º
far-se-á através de recursos provenientes do superávit financei-
ro apurado em balanço do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua
publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 20 de
julho de 2021, 468ª da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito
LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO, Secretário Municipal da
Fazenda - Substituto

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 20 de
julho de 2021.

DESPACHOS DO PREFEITO

DESPACHOS DO PREFEITO

6027.2021/0006630-8 - MICHELE ALEXANDRA GOMES
DA SILVA, RF 879.868.1 - Exoneração de servidora comissio-
nada gestante. Estabilidade provisória da gestante. - I - À vista
dos elementos contidos no presente, em especial as manifes-
tações de SVM/CA/F/DGP (docs 046144005 e 047100878), de
SVM/CG (doc 047141384) e da Assessoria Jurídica deste
Gabinete (doc 048212780), **TORNO SEM FEITO** o item 1 da
Portaria 677, de 12 de maio de 2021, produzida no processo
6010.2021/0001152-7 e publicada no D.O.C. de 13/05/2021,
e determino a recondução de MICHELE ALEXANDRA GOMES
DA SILVA, RF 879.868.1, ao cargo de Administrador de Parque
II, Ref. DAS-09, do Parque Guanambu - Benedicta Ramos
Caruso, da Divisão de Gestão de Parques Urbanos - DGPU, da
Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Muni-
cipal - CGPABI, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio
Ambiente, vaga 16396, constante do Decreto 58.625/19, uma
vez que ela goza da estabilidade provisória da gestante, até o
final do período da licença maternidade, nos termos do artigo
10, II, “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transito-
rias, conforme entendimento aprovado pelo Senhor Secretário
Municipal de Negócios Jurídicos no processo 2012-0.216.006-
5. - II - Consequentemente, **TORNO SEM FEITO** o item 1 do
Título de Nomeação nº 390, de 12 de maio de 2021, produzido
no processo 6010.2021/0001152-7 e publicado no D.O.C. de
13/05/2021, relativo à servidora MAIZA ISABELA RODRIGUES,
RF 880.050-2, a qual deverá ser indenizada pelo exercício de
fato de função pública correspondente ao período efetivamente
trabalhado, nos termos do Decreto nº 31.712/92.

SECRETARIAS

GOVERNO MUNICIPAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

**PORTARIA 237/21, DO SECRETÁRIO DE
GOVERNO MUNICIPAL, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CUMPRIMENTO AO
DESPACHO EXARADO NO EXPEDIENTE DE DE-
SIGNAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO - SEI Nº047662177-
PROCESSO: 6011.2021/0001503-0.**

SUBSTITUTO: MARIA APARECIDA DA SILVA CAMAR-
GO – RF: 858.202.5 - Cargo: ASSESSOR TÉCNICO II - Ref./
Padrão: DAS-12 - Categ. Funcional: COMISSONADO – E.H.
117000000000000 - SUBSTITUÍDO: FERNANDO MASAO FON-
TES IKI – RF: 770.365.1 - Cargo: ASSESSOR ESPECIAL II - Ref./
Padrão: DAS-15 - Categ. Funcional: COMISSONADO – E.H.
117000000000000 – Unid. De lotação: CASA CIVIL – Motivo:
FÉRIAS – Período: 12/07/2021 A 26/07/2021.

**PORTARIA 238/21, DO SECRETÁRIO DE
GOVERNO MUNICIPAL, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CUMPRIMENTO AO
DESPACHO EXARADO NO EXPEDIENTE DE DE-
SIGNAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO - SEI Nº 048266062
- PROCESSO: 6011.2021/0001585-4.**

SUBSTITUTO: JAMES SAMPAIO OLIVEIRA – RF: 856.016.1
- Cargo: ASSESSOR I - Ref./ Padrão: DAS-09 - Categ. Funcional:
COMISSONADO – E.H. 112014010000000. - SUBSTITUÍDA:
MAISA LEOTERIO SOUZA - RF: 816.547.5 – Cargo: ASSESSOR
II – Ref.: DAS-10– Categ. Funcional: COMISSONADO – E.H.
112014030000000 – Unid. De lotação: SGM – COORDENA-
DORIA DE GESTÃO DE PESSOAS- CGP - SUPERVISÃO DE IN-
GRESSO E GESTÃO DE QUADROS - Motivo: FÉRIAS – Período:
19/07/2021 A 07/08/2021.

**PORTARIA 239/21, DO SECRETÁRIO DE
GOVERNO MUNICIPAL, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CUMPRIMENTO AO
DESPACHO EXARADO NO EXPEDIENTE DE DE-
SIGNAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO - SEI Nº 047280719
- PROCESSO: 6011.2021/0001450-5.**

SUBSTITUTO: BARBARA MAIME DA SILVA MEDEIROS – RF:
858.657.8 - Cargo: ASSESSOR TÉCNICO I - Ref./ Padrão: DAS-11
- Categ. Funcional: COMISSONADO – E.H. 110007000000000.
- SUBSTITUÍDO: ISABELLA CAROLINA DE BARROS SILVA – RF:
856.750.6 - Cargo: ASSESSOR TÉCNICO II - Ref./ Padrão: DAS-12
- Categ. Funcional: COMISSONADO – E.H. 110000000000000 –
Unid. De lotação: GABINETE DO PREFEITO – Motivo: FÉRIAS –
Período: 09/08/2021 A 23/08/2021.

**PORTARIA SGM 240, DE 20 DE JULHO DE
2021**

PROCESSO SEI 6011.2021/0001102-6
RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal, usan-
do das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Tornar insubsistente a Portaria 180-SGM, publicada no DOC
de 4 de junho de 2021.
SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL, aos 20 de julho
de 2021.
RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal

**APOSTILA DA PORTARIA 196/2021-SGM,
PUBLICADA NO DOC DE 15/06/2021**

PROCESSO SEI 6011.2021/0001235-9
É a Portaria em referência apostilada para consignar que
a designação do senhor RAFAEL PEREIRA LEVY, RF 857.072.8,
para substituir a senhora GRACE KELLI CHUVES, RF 822.673.3,
no cargo de Assessor Técnico II, Ref. DAS-12, refere-se ao perí-
odo de 28 de junho a 12 de julho de 2021, não como constou.
RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS

PROCESSO SEI Nº 6013.2021/0002364-5

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
I – À vista dos elementos contidos no presente, em especial
o parecer de SEGES/COJUR sob SEI nº 046349795, que adoto
como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei
Municipal nº 8.989/79, com redação alterada pelo art. 2º da
Lei Municipal nº 17.457/2020 e regulamentação pelo Decreto
Municipal nº 17.616/81, no art. 9º do Decreto Municipal nº
60.052/21, e no Comunicado nº 15/09-DRH/SMG, no exercício
da competência delegada pelo art.1º, da Portaria nº 1/SGM-SE-
GES/2021, DEFIRO o pagamento de Auxílio Funeral a SANDRA
APARECIDA GASPAP, inscrita no CPF sob nº 129.871.778/79, no
valor de R\$ 2.266,29 (dois mil, duzentos e sessenta e seis reais
e vinte e nove centavos) onerando a dotação orçamentária nº
28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

PROCESSO SEI Nº 6013.2021/0003323-3

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
I – À vista dos elementos contidos no presente, em especial
o parecer de SEGES/COJUR sob SEI nº 047795000, que adoto
como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei
Municipal nº 8.989/79, com redação alterada pelo art. 2º da
Lei Municipal nº 17.457/2020 e regulamentação pelo Decreto
Municipal nº 17.616/81, no art. 9º do Decreto Municipal nº
60.052/21, e no Comunicado nº 15/09-DRH/SMG, no exer-
cício da competência delegada pelo art.1º, da Portaria nº 1/
SGM-SEGES/2021, DEFIRO o pagamento de Auxílio Funeral a
NEUZA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº
166.442.768-65, no valor de R\$ 4.054,54 (quatro mil, cinquenta
e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) onerando a dota-
ção orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

PROCESSO SEI Nº 6013.2021/0003246-6

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
I – À vista dos elementos contidos no presente, em especial
o parecer de SEGES/COJUR sob SEI nº 046824069, que adoto
como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei
Municipal nº 8.989/79, com redação alterada pelo art. 2º da
Lei Municipal nº 17.457/2020 e regulamentação pelo Decreto
Municipal nº 17.616/81, no art. 9º do Decreto Municipal nº
60.052/21, e no Comunicado nº 15/09-DRH/SMG, no exercício
da competência delegada pelo art.1º, da Portaria nº 1/SGM-
SEGES/2021, DEFIRO o pagamento de Auxílio Funeral a KELLY
ANNE SOARES ROJAS, inscrita no CPF sob nº 290.491.498-63,
no valor de R\$ 4.054,54 (quatro mil, cinquenta e quatro reais
e cinquenta e quatro centavos) onerando a dotação orçamentária
nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

PROCESSO SEI Nº 6013.2021/0003405-1

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
I – À vista dos elementos contidos no presente, em especial
o parecer de SEGES/COJUR sob SEI nº 047794576, que adoto
como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei
Municipal nº 8.989/79, com redação alterada pelo art. 2º da
Lei Municipal nº 17.457/2020 e regulamentação pelo Decreto
Municipal nº 17.616/81, no art. 9º do Decreto Municipal nº
60.052/21, e no Comunicado nº 15/09-DRH/SMG, no exercício
da competência delegada pelo art.1º, da Portaria nº 1/SGM-
SEGES/2021, DEFIRO o pagamento de Auxílio Funeral a FELIPE
DE GODOI CARDOSO, inscrito no CPF sob nº 414.878.178-43,
no valor de R\$ 4.054,54 (qu